

Arquivos e museus escolares – Fontes de memória e educação histórica¹

Justino Magalhães²

UIDEF - Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
Centro de História da Universidade de Lisboa

RESUMO

Este texto incide sobre a dialéctica³ fundamental da educação: instituição, educação, sociedade e, no âmbito desta, atende ao complexo educacional: educando, educador, educado/ educável. Esta estrutura serve as sociedades, as pessoas e as instituições. A educação desenvolve-se no presente, com sentido futuro e actualização/reinterpretação do passado. A memória é condição de condição de educação. Traz o passado para a educação e a história é memória documentada, narrada, ensinada. Neste texto, após abordar o complexo educação, memória, instituição, que forma a constelação fundamental, inclui-se uma referência à memória e à escrita da educação, nomeadamente à memória escolar e das escolas. Arquivos, museus e laboratórios, património, são locais de memória e meio de educação. Na sequência, o texto abre para o vínculo entre educação e memória; para o binómio educabilidade historicidade e para a educação histórica, como conhecimento, rememoração, vivência e experiência simbólica, com sentido e significados ontológico, antropológico, cognoscente, de cidadania e de humanidade.

Palavras-chave: Educação; Memória; Instituição; Locais de memória; Educação histórica.

ABSTRACT

This text focuses on the fundamental dialectic of education: institution, education, society and, within its scope, it serves the educational complex: educating, educator, educated/educable. This structure serves societies, people and institutions. Education is developed in the present, with a future meaning and updating/reinterpretation of the past. Memory is a condition of education. It brings the past to education and history is documented, narrated, taught memory.

In this text, after addressing the complex education, memory, institution that forms the fundamental constellation, a reference to the memory and writing of education is included, namely the school and school memory. Archives, museums and laboratories, heritage, are places of memory and a means of education. Next, the text opens up the link between education and memory for the binomial educability historicity and for historical education, as knowledge, remembrance, experience and symbolic experience, with ontological, anthropological, knowing, citizenship and humanity sense and meanings.

Keywords: Education; Memory; Institution; Places of memory; Historical education.

¹ Este texto foi escrito no âmbito do Projecto MRIR – Memórias Resgatadas, identidades (re)construídas: experiência de escolarização, património e dinâmicas educativas locais, de que o autor é Co-Investigador Responsável. Este Projecto é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) e pelo Programa Operacional Regional de Lisboa (Lisboa 2020), no âmbito do “Projeto n.º 029091 MRIR-Memórias Resgatadas, Identidades Reconstruídas”.

² Endereço de contacto: justinomagalhães@ie.ulisboa.pt

³ Por opção do autor, o novo acordo ortográfico não é utilizado.

1. Educação, memória, instituição

Émile Durkheim, após analisar a formação histórica da sociedade ocidental, esboçou uma fórmula sobre educação que se tornou clássica - «nous arrivons donc à la formule suivante: L'éducation est l'action exercée par les générations adultes sur celles qui ne sont pas encore mûres pour la vie sociale.» (Buisson, 1911, p.532).

E na sequência explanava que se trata de desenvolver na criança estados físicos, intelectuais e morais que a sociedade, no conjunto, e o meio social em que está envolvida, dela reclamam. Subjacente a esta fórmula está o complexo, que a Modernidade veio a consolidar: educação, sociedade, instituição. A escola tornou-se a principal instituição educativa e aquela fórmula tonou a educação extensiva à vida humana.

Pode assim definir-se de modo esquemático e referenciado ao sujeito, que a educação é processo multivectorial e continuado de (in)formação e desenvolvimento da pessoa, através de uma interacção “consciente” das questões humanas, sociais, naturais/ materiais, num permanente equilíbrio ambiental. A educação é uma totalidade transformativa da pessoa nos planos ontológico, antropológico, de conhecimento, humanidade e sociedade. Matéria de educação são, no fundamental, as dimensões espiritual e estética; ética, moral e cívica; cultural, científica e técnica; física e atitudinal. Ente educável e cumprindo uma dialéctica continuada de educando, educador, educado/ educável, a pessoa é memória e promessa.

A educação é presente-futuro, através de uma continuidade orientada, racional e reflexiva de ideação, interacção e norma, aperfeiçoamento e elevação, projectada num infinito de personalidade e humanidade. Desenvolve-se no presente, com sentido futuro e actualização/ reinterpretação do passado. A memória traz o passado para a educação. As manifestações da memória são diversas, na representação e no significado, na maior ou menor proximidade temporal e afectiva, na maior ou menor repercussão no presente. Memorizações, por vezes traumáticas, proximidade de locais da memória, ritualização e efemérides operam de modo diverso sobre o acto pensante e reflectido de idear, envolver-se, aprender, interagir e sentir-se realizado, através de uma experiência educativa. Da memória também faz parte o esquecimento, também ele matéria de racionalidade. Fomentadas pela relação com o meio e pela interacção com a comunidade de pertença, as situações educativas encontram na revisitação e na reordenação da memória o núcleo da auto-educação. Na sua experiência de vida, o sujeito incorpora e desenvolve tecno-antropologias que lhe permitem tornar-se centro da dialéctica educativa. Uma dessas tecno-antropologias ficou plasmada no complexo de aprendizagens (Pilares de Educação), consignado no Relatório da Unesco (1996): aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver com os outros, aprender a ser.

As instituições integram a dialéctica educativa, vinculando e fazendo avançar o binómio educação – sociedade, mas estão também elas sujeitas a uma transformação, cumprindo uma dialéctica de instituído, instituinte, institucionalização (Magalhães, 2004). Organismos vivos e beneficiadores de racionalidade e orientação quanto a futuro, as instituições e as comunidades, tal como as pessoas, são portadores de memória e evoluem através de transformações geradas na mesologia e levadas a efeito por dinâmicas internas e de relação. As pessoas como as instituições e as comunidades estão integradas em contextos socioculturais mais ou menos estimulantes de desequilíbrios e da emergência de ideações e projectos de mudança, através de acções soberanas na busca de significado e na construção de sentido. Deste modo, a fórmula educando, educador, educável é aplicável para além do quadro estritamente antropológico, e as instituições educativas, com relevo para a escola, preservam uma memória e são representativas da memória educativa.

2. Memória e escrita da educação

A Modernidade trouxe a cultura escrita como meio, representação e memória da educação, e instituiu a escola como modelo e principal instância educativa. A cultura escolar correspondendo a um arquitecto, com aspectos duradouros e dimensões actualizáveis, encontrou no livro o principal suporte, qual mural do tempo (Magalhães, 2011). Combinando aspectos conceptuais e modalidades discursivas, a representação escrita de educação assenta numa cartografia que distingue: escrita educativa; escrita pedagógica, escrita didáctica, escrita memorialista/biográfica (Magalhães, 2016). A cada uma destas escritas correspondem tipos de

discurso e configurações de conjunto igualmente diversas. Uma dessas modalidades é a escrita educativa, que, muito embora contenha intencionalidade, esta surge mais frequentemente associada ao referente que ao destinatário. Uma manifestação deste tipo de escrita é o romance educativo, de que *Emílio*, escrito por Jean-Jacques Rousseau se tornou modelo. Também o romance escolar, tal como foi cultivado por Pestalozzi, em *Leonardo e Gertrudes*, corresponde a uma escrita educativa. O romance educativo e o romance escolar, muito embora salvaguardem uma intencionalidade formativa, só indirectamente contém uma orientação pedagógica. Mas neles, a mensagem enforma e vai para além do contexto e das mutações antropológicas inerentes ao tempo escolar. É frequente também o uso da epistolografia como escrita educativa.

Uma segunda modalidade de escrita educacional é a escrita pedagógica de que a escrita de inspecção, os regulamentos, os planos de estudo, os relatórios de instituição, os relatórios pedagógicos, são tipos frequentes. A escrita didáctica é uma terceira modalidade de escrita da educação. O livro e o manual escolar, ainda que comportem uma razão educativa, sejam um suporte fundamental da memória educativa, e não fiquem circunscritos à função de ensino-aprendizagem, cultivam, no fundamental, uma escrita didáctica pois que medeia entre a fonte do conhecimento e a função cognitiva. Contém uma selecção de conteúdos e uma ordem cognoscente que orienta, disciplina, formaliza e legitima o processo de aprendizagem. No entanto, os tipos de registo específicos da escrita didáctica são os planos de curso e os programas, os planos de aula, os exames, a formulação docimológica.

A escrita memorialística associada a instituições, a comunidades ou aos próprios indivíduos é uma modalidade de representação, registo e significação intrinsecamente articuladas com a educação. Quando associada aos indivíduos, a escrita memorialística é inerente ao ciclo da educação, coincidindo com o ciclo vital, no todo ou em parte, e apresenta as modalidades de biografia, diário, memorial, relato, história de vida. Tende a constituir uma narrativa com materialidade, evolução, sentido e reflexão. Nestas modalidades de escrita, o recurso ao historial possibilita a observação e a sequência de conjunturas de diverso tipo, agregadas pelo educacional que confere significado e singularidade a cada percurso de vida. A biografia está intrinsecamente associada ao tornar-se e ao desenvolver-se como pessoa. A escrita biográfica é (in)formativa do percurso de vida do sujeito humano. Reporta ao tornar-se e ao elevar-se como pessoa. Combina contextos, temporalidades, processos e experiências com as dimensões antropológica, societária e de humanidade.

Estas escritas sofrem uma síncrese quando referenciadas à memória escolar da educação, que muito embora esta se revista de diferentes configurações, surge plasmada numa escrita própria. Aquelas escritas ganham plena afirmação no binómio história-educação, na história institucional, na história da educação. A memória institucional e a memória escolar integram a educação e a história da educação. E, sendo a revisitação e a reordenação da memória operações fundamentais da historiologia, então educação e história assentam num quadro epistémico que inclui operações comuns e a educação histórica congrega historicidade e educabilidade. Sumariamente, admite-se que é como informação seleccionada, intelecção, reinterpretção e construção de sentido, que o passado se torna substância, referente e racional para a educação. Conclui-se assim que, na relação com a memória, a cena educativa constitui, no fundamental, uma operação historiológica. E, sendo a revisitação e a reordenação da memória operações fundamentais da historiologia, então educação e história assentam num quadro epistémico que inclui operações comuns, e a educação histórica congrega historicidade e educabilidade.

3. Educação e memória

A educação constitui e acompanha o humano, bem como as instituições que lhe dão substância, representação e sentido. A educação desenvolve-se no presente, com sentido futuro e actualização do passado. O passado integra a educação como memória. A escrita é o principal suporte da memória institucional e das memórias individuais. Há escritas memorialísticas associadas às instituições educativas, podendo distinguir-se as escritas em que as instituições surgem representadas, das escritas institucionais e escolares que são, elas próprias, fonte de informação sobre a sociedade e a educação.

Relativamente à instituição escolar é possível distinguir entre uma memória uniforme e transversal a distintos estabelecimentos, ou a distintas gerações e memórias escolares associadas a estabelecimentos ou a comunidades de sujeitos. A cartografia destas distintas memórias constitui uma epistemologia da educação, pois que é método para conhecer e representar o institucional escolar. As memórias educativas são fonte da

história da educação e meios de educação histórica nomeadamente quando organizadas em arquivos, museus, memoriais e muito especificamente quando devidamente laboradas e dadas a conhecer sob a forma de textos e de narrativa histórica. Como se convertem as memórias em educação?

Numa primeira aproximação, os Museus Pedagógicos e os Centros de Documentação e Recursos, na educação escolar, constituíram locais de memória e meios didáticos destinados à inovação pedagógica. Mas a memória da escola inclui uma *memória oficiosa da educação* destinada a descrever e justificar a realidade escolar. Esta memória oficiosa leva em atenção as quatro modalidades de escrita educacional referidas, e a documentação histórica, preservada nos museus e nos arquivos nacionais ou institucionais. É, no essencial, de natureza administrativa, pedagógica e didáctica. Recaindo sobre processos formais de governo, ensino e aprendizagem, forma uma representação genérica e transversal da escolarização, pelo constitui uma *memória oficiosa da educação*. E há como, referido, memórias pessoais e grupais da educação.

A conversão destas memórias em educação desafia a um argumento e a uma problemática que vai para além deste pequeno texto, ensaístico e exploratório. O argumento ganha consistência no binómio educabilidade e historicidade centrado na memória institucional escolar. O desenvolvimento to deste binómio projecta e torna significativa a educação histórica. Os termos educabilidade e historicidade traduzem uma (pre)disposição, um estado, uma situação, uma possibilidade. O terceiro elemento da dialéctica educativa é, como foi já referido, o institucional escolar, que sob a configuração de escola evoluiu por ciclos de modernização, numa idiosincrasia com a evolução da sociedade moderna e contemporânea (Magalhães, 2010). Mas o complexo histórico-educacional não existe na ausência dos sujeitos humanos, e sem um horizonte de humanidade e sociedade. Ao tornarem-se pessoas, os humanos integram o educacional num processo de instrução e personalidade. Educacionalidade e historicidade, pela dinâmica intrínseca, fazem contraponto a educação (processo/ acção ou a educação/ produto). Historicidade, como educabilidade são possibilidades e articulam-se através do institucional escolar ou de outras instâncias, constituindo e determinando a educação histórica. A memória institucional é reconstitutiva e meio de actualização, (re)criação, possibilitando através de rememoração e de efeito de uso, uma experiência simbólica e uma experiência (in)formativa, idiosincrática e identitária. Integrando, mobilizando, recriando, a memória institucional é educação histórica.

4. Museus e arquivos pedagógicos – modelo e suporte

Os museus pedagógicos, como os museus técnicos surgiram na segunda metade do século XIX. Desde a segunda metade do século XIX que foram criados Museus Pedagógicos. Pode admitir-se que a fundação destes museus tenha acompanhado o movimento de Exposições Internacionais. Entre eles conta-se o Musée Pédagogique de Paris, fundado em 1879 por Jules Ferry, como meio de ensino: “il est fait pour rendre à notre instruction primaire les mêmes services que rend à l’enseignement technique le Conservatoire des arts et métiers” (Alexandre-Bidon et al., 1999, p. 962). Em 1880, foram fundados museus pedagógicos em Bruxelas e Palermo. Em 1882, foi fundado o Museu Pedagógico de Madrid. Em 1883, ano em que foi fundado o Museu Pedagógico de Friburgo, havia na Alemanha onze museus com colecções de materiais associados ao ensino. Nesse mesmo ano de 1883, foi fundado o Museu Pedagógico de Lisboa por iniciativa de Teófilo Ferreira e Adolfo Coelho. O museu ficou instalado na Escola Rodrigues de Freitas e contava com uma biblioteca. Desde 1933 que a Biblioteca e Museu do Ensino Primário ficaram instalados na Escola Normal de Lisboa (cf. Ribeiro & Vieira, 2016).

No campo da educação cumpriram funções e foram investidos de significado, dando curso aos princípios educativos de idiosincrasia escolar; escola-vida; educação integral. A idiosincrasia do escolar assenta no pressuposto de que em sede convencionalizada como é a escola, a criança, o educando cumpra um processo (in)formativo de aluno e um processo de pessoalização de crescimento e amadurecimento, análogo e com repercussão no real. A escola é deste modo, uma simulação com significado e relevância prática. Neste mesmo princípio se insere a ligação entre escola e vida, superando uma escolástica e um classicismo letrados, herdados da primeira modernidade. A escola deverá abranger as diferentes dimensões de uma educação integral e constituir uma efectividade. A educação integral compreende educação intelectual, educação moral, educação física. Para tal necessita de espaços adaptados e espaços próprios, recurso, instrumentos e

meios. Estas foram as principais fontes de alimentação e a principal razão de ser dos museus e dos centros de recursos escolares.

As primeiras aplicações dos museus escolares surgiram associadas à formação de professores, nomeadamente às escolas normalistas, bem assim como ao ensino técnico e profissional, agrícola, industrial. Na pedagogia como na indústria, os meus técnicos foram base de inovação pedagógica. As Escolas Novas deveriam estar apetrechadas com laboratórios, gabinetes, oficinas, centro de documentação. A primeira função era ilustrar aquilo que estava a ser ensinado, mas constituíam também meio de observação e (re)criação. As peças de arte e os modelos técnicos eram destinados a ser reproduzidos, nomeadamente através do desenho figurativo. As estampas eram um estímulo para a escrita. Os objectos favoreciam o ensino intuitivo e a aprendizagem através do concreto. A intuição associada à lição de coisas era contraponto à inteligência como faculdade intelectual mediada através da linguagem. O contacto com objectos era um suporte para a lição de coisas, ou seja, permitia que o sujeito se assumisse como educando em face e na acção sobre a realidade. Desde modo, os museus serviam o ensino normativo e o ensino profissional, mas também se tornaram fundamentais para a educação da criança, no que ela depende do concreto, da forma e da figuração. O museu era condição para a educação como transformação quer do próprio educando, quer da realidade em que ele está mergulhado.

O museu pedagógico como modelo e suporte foi previsto no projecto de lei Camoesas (1923). Faria de Vasconcelos, que esteve ligado àquele projecto de lei, propôs então a criação de Museus Pedagógicos circulantes. Fazia apelo à sua experiência enquanto fundador da Escola Nova de Bierges, Bélgica que continha laboratórios, centro de documentação, oficinas, e tomava como referência The Educational Museum, fundado em 1905, no Estado de Missouri. O Estado contava com instalação fixa e um serviço de Museu circulante com apoio de um camião. Em cada semana o museu servia uma das regiões correspondendo levando os materiais solicitados pelos directores das escolas. A sede do museu poderia ser visitada por alunos e outros interessados.

As Cooperativas Freinet estavam apetrechadas com oficinas, centro de recursos, oficinas. Com base nestes instrumentos, nomeadamente a imprensa, os estudantes podiam produzir peças reais, superando a simulação e a miniaturização, habituais noutras escolas. De modo análogo, as escolas inspiradas em John Dewey e na pedagogia “learning by doing” dispunham de museus apetrechados com coleções de instrumentos e artefactos que haviam servido na agricultura e na indústria. A aplicação destes instrumentos, em sede escolar, beneficiava do “efeito de uso”. Os estudantes podiam assim contactar utilizar objectos e instrumentos, replicando percursos produtivos reais de produção, bem assim como estabelecer genealogias na evolução das técnicas.

Nas primeiras décadas do século XX, os liceus portugueses foram centros de recolha, classificação e exposição do património natural, arqueológico, histórico de cada região. O património recolhido e as coleções assim organizadas tinham finalidade académica, mas também deveriam ser franqueadas a vistas, consultas e investigações por parte de membros alheios à comunidade escolar. Os museus e centros documentais a que acaba de se fazer referência, organizados a partir da instituição escolar, são uma memória pedagógica e funcionavam como modelo e suporte do ensino.

Nas últimas décadas do século XX, foram criados Centros de Memória e de Documentação. Em Paris, foi criado em 1980, um novo Museu Nacional de Educação, integrado no INRP (Institut Nationale de Recherche Pédagogique). Em Espanha, deve referir-se CEINCE – Centro Internacional de Cultura Escolar, com sede em Berlanga do Douro, Espanha, onde estão preservados e consultáveis cerca de 60.000 livros escolares de praticamente todo o mundo escolarizado. Na Universidade de Murcia, funciona desde 2016 MUVHE – Museo Virtual de Historia de la Educación (<https://www.um.es/muvhe/>). O Património Educativo tem sido objecto de investigação sistemática em diferentes países. Para Portugal deve referir-se o projecto Educação e Património Cultural: escolas, objectos e práticas (cf. Mogarro, 2015). Para Itália, está elaborada a «Thesaurus Scholae», SIPSE – Società Italiana per lo studio del Patrimonio Storico-Educativo (<http://www.sipse.eu/collana-thesaurus-scholae/>). O livro escolar comporta a memória da educação (Magalhães, 2008; Magalhães, 2015).

5. Memória da escola e educação

As pessoas, as comunidades, as instituições são portadoras de memórias. A memória de estabelecimento e as memórias regional e nacional do institucional escolar são memória da educação. Configuram a memória colectiva da educação. A historicidade da memória colectiva reside na substância, na representação e no sentido histórico. Aquelas memórias testemunham o que foi ensinado e como foi ensinado. Sugerem uma intencionalidade educativa; ilustram e documentam o que foi realizado; deixam avaliar e concluir sobre o que foi ensinado e aprendido. A memória escolar, tal como a própria escola correspondem, no fundamental, à relação entre o ensino e a sociedade. A memória escolar constitui testemunho e confere identidade, individual e grupal, podendo ser objecto de rememoração e efeméride. Para além do património material, museológico, arquivístico esta memória é constituída por recordações, registos de diversa ordem, marcas vivenciais. Os locais de memória são espaços construídos, espaços de experiência, espaços de vivência. Também os artefactos e os objectos, bem como a paisagem escolar, incomensurável e intemporal, são memória educativa. Associações de antigos alunos, clubes, biografias são instâncias e manifestações da memória educacional.

Locais privilegiados para a memória de escola e particularmente para a memória de estabelecimento são o arquivo e o museu escolares. O arquivo inclui os fundos didáctico e curricular, administrativo, pedagógico, patrimonial. Estes fundos ilustram, activam e comprovam. Os museus que, como referido, eram suporte e modelo pedagógico, têm uma função epistémica e uma função-testemunho. Contém materiais de ensino, materiais produzidos por alunos e professores – artefactos, protótipos, materiais colectados – património natural, histórico, pedagógico. Desta memória formal fazem igualmente parte os memoriais, as exposições, as comemorações, os rituais. Acentuando a componente emocional, os memoriais conciliam o patrimonial, o simbólico, o afectivo.

Os museus escolares são formados por materiais adquiridos e colectados para modelo e suporte do ensino. Incluem também património natural, arqueológico, científico e técnico colhido em cada região e ali devidamente preservado e dado a conhecer. Incluem por fim artefactos e exemplares elaborados por estudantes e professores. Esta última secção abrange também protótipos e modelos construídos nas aulas. Alguns museus escolares beneficiaram de donativos pecuniários ou de colecções científicas, oferecidas seja por académicos, seja por beneméritos e membros da comunidade envolvente. A memória escolar assim constituída, correspondendo, em regra, a uma memória de estabelecimento, ilustra e comprova a relação entre a escola e a sociedade. Pela uniformidade resultante da transversalidade pedagógica, da organicidade inerente ao sistema escolar e da normalização administrativa, a memória de estabelecimento aproxima-se e torna-se representativa da memória escolar.

Tomada no plano geral, a memória escolar é panorâmica e de certo modo intemporal. Com efeito, arquivos e museus públicos privados, estatais, regionais, bem como centros de memória (memória coletiva), colecções, comemorações, incidem fundamentalmente no pedagógico, no didáctico, no orgânico, replicando estabelecimento a estabelecimento o que há de comum e de transversal. Testemunham o convencional e o formal. São *memória oficiosa* da educação. As bibliotecas e os centros de cultura escolar fazem parte desta memória. Na actualidade, multiplicam-se os museus escolares, como se multiplicam os centros de documentação e os memoriais. Assim documentada, a memória pedagógica e didáctica alimenta-se de rememoração e da investigação.

Ainda que oscile entre o geral, incaracterístico e o específico, a memória escolar é parte da educativa e dá suporte à história. A história da educação tem estado profundamente associada à memória oficiosa da educação. Museus, centros de documentação, arquivos e memórias de estabelecimento são os principais objectos e fontes da história da educação. Mediante uma operação historiográfica, esta memória oficiosa da educação torna-se história, cujas prerrogativas principais são a narrativa e o significado.

6. Educabilidade e historicidade – Educação histórica

A memória é condição de educação e base da história. Com o Iluminismo, a história e a educação encontraram-se: a educação como actualização da história e a história como substância e sentido para a educação. A história como inquérito e síntese da evolução da humanidade, tal como surge sistematizada por Condorcet (1998), em final do século XVIII, num quadro histórico do desenvolvimento humano, foi sendo integrada no currículo escolar, enquanto história universal e histórias nacionais. A história foi tomada como

mestra da vida. A história reconstitui, depura, interpreta e formaliza a memória, como representação do passado a que a narrativa histórica dá sentido e significado. Para a historiografia, um arquivo deverá ser representativo do objecto a estudar e significativo no plano científico. A memória individual e a memória colectiva comportam historicidade e educabilidade. Através da história são educação. A história torna-se educação como interpretação, actualização do passado, compreensão e significação do presente, correspondendo a uma tecno-antropologia assegurada pela operação histórica, mas torna-se também educação enquanto histórica narrada e ensinada, dando origem a uma experiência simbólica. Torna-se ainda educação enquanto rememoração e vivência, devidamente orientadas, críticas e reflexivas.

A memória é condição e reconhecimento de educabilidade, a história como educação ilumina e esclarece o presente, mediante reconstituição, interpretação e actualização do passado. Incidindo de forma crítica sobre o presente e (re)interpretando o passado, a educação idealiza e constrói o futuro. A operação histórica combina educabilidade e historicidade. A historicidade é uma atitude educativa e a educabilidade é uma atitude historiológica.

A articulação história e educação, ganha local, consistência e sentido na instituição educativa. O complexo história, educação, instituição forma uma totalidade. Subjacente a este complexo está a dialéctica entre arquivos, museus, memórias; história (actualidade e sentido); institucional escolar (equação e dinâmica); educação (intencionalidade pedagógica e transformação). A instituição educativa materializa, conecta e dá sentido instituinte aos regimes de educabilidade e historicidade. Identidade e cidadania resultam da combinação destes regimes a que corresponde uma educação histórica. Neste mesmo contexto, a democratização é idiossincrática de um institucional escolar ético, colaborativo, respeitador das diferenças. Uma manifestação de cidadania, com repercussão educativa reporta ao património histórico, como memória e fonte da história. Constituem património histórico todas as manifestações de memória, material ou simbólica, colectiva ou individual que, após os tirocínios historiológico e historiográfico, se tornam representativas do passado e se revestem de significado nos planos científico e sociocultural, junto das populações presentes, em cada tempo histórico. Estas, significando, tornam-nas actuais e projectando tornam-nas inspiradoras em termos de futuro. O património histórico dá substância, mas também sobrevive através da educação. Conservar, preservar, fruir, recriar são educação histórica. Memória e história cruzam pela rememoração e pela vivência. Neste sentido, os locais da memória são também locais de história. A educação histórica força a historicidade, através da história vivida, da operação historiológica ou da experiência simbólica, resultante da história ensinada e aprendida. A humanidade actual está mergulhada na história. O que conservar? Como informar? Como mobilizar? Como tornar significativo? O quê e como ensinar? Eis questões que ilustram e estruturam o fundamental da educação histórica. Historicidade envolve reconhecimento do humano, humanidade, sociedade e educabilidade possibilita que memória, cognição e aprendizagem da história constituam uma experiência simbólica.

Pode assim concluir-se que a educação histórica se cumpre, enquanto história vivida que corresponde a uma atitude racional, num quadro de vivência ou experimentação; enquanto operação historiológica, que, precedendo ou não a escrita, constitui um racional metódico e conceptual, bem como um exercício reconstitutivo e interpretativo de compreensão e explicação da realidade humana e sociocultural; enquanto ensino e aprendizagem da história que corresponde a uma experiência simbólica.

Referências

- Alexandre-Bidon, D. et al. (1999). *Le patrimoine de l'Éducation Nationale*. Flohic Editions.
- Condorcet (1988). *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain. Fragment sur l'Atlantide*. GF Flammarion.
- Delors, J. et. al. (1996). *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Unesco/ASA.
- Durkheim, É. (1911) *Éducation*. In F. Buisson (Ed.), *Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*, vol. I. Hachette.
- Magalhães, J. (2004). *Tecendo nexos. História das instituições educativas*. Editora Universitária São Francisco.

- Magalhães, J. (2007). Educação e memória. Arquivos e museus: desafios à prática educativa e à investigação histórica. In M. de A. Nepomuceno & E. F.A. Tiballi (Orgs.), *A Educação e seus sujeitos na História* (pp. 181-189). Argvmentvm/ SBHE.
- Magalhães, J. (2008). O manual escolar como fonte historiográfica. In J. Vale Costa, M. L. Felgueiras & L. G. Correia (Coords.), *Manuais escolares da Biblioteca Pública Municipal do Porto* (pp. 11-15). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação/Faculdade de Letras.
- Magalhães, J. (2010). *Da cadeira ao banco. Escola e modernização (Séculos XVIII-XX)*. Educa/Unidade de Investigação & Desenvolvimento de Ciências da Educação.
- Magalhães, J. (2011). *O mural do tempo. Manuais escolares em Portugal*. Colibri/Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Magalhães, J. (2015). O livro escolar como memória da Educação. In M. J. Mogarro (Coord.), *Educação e património cultural: Escolas, objetos e práticas* (pp. 135-140). Edições Colibri.
- Magalhães, J. (2016): Writing in the field of education: the inquiry on Portuguese schools (1875). *Paedagogica Historica. International journal of the History of Education* 52(6), 689-703. <http://dx.doi.org/10.1080/00309230.2016.1192206>
- Mogarro, M. J. (2015) (Coord.). *Educação e património cultural: Escolas, objetos e práticas*. Edições Colibri.
- Ribeiro, C. S., & Vieira, H. I. A. (2016). Vamos ao museu? – Museus pedagógicos pela Europa (1930-1940). CITCEM/FLUP. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/111311/2/139171.pdf>